

MEIO AMBIENTE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL



Questões da Nossa Época
Volume 12

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro , SP, Brasil)

Reigota, Marcos

Meio ambiente e representação social / Marcos Reigota.
– 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2010. – (Coleção questões da
nossa época ; v. 12)

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1599-4

1. Ecologia - Aspectos sociais 2. Educação ambiental 3.
Meio ambiente I. Título. II. Série.

10-03331

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação ambiental : Ecologia humana 304.2

Marcos Reigota

MEIO AMBIENTE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

8^a edição

1^a reimpressão

 **CORTEZ
EDITORA**

MEIO AMBIENTE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Marcos Reigota

Capa: aeroestúdio

Preparação de originais: Fernanda Magalhães

Revisão: Ana Paula Ribeiro

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 1994 by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – outubro de 2013

Sumário

Apresentação.....	7
I Por uma filosofia da educação ambiental	9
II Educação ambiental na América Latina: entre a barbárie e a pós-modernidade	31
III Meio ambiente: representação social e prática pedagógica.....	67
Bibliografia	87

Apresentação

Este livro reúne três artigos, escritos no contexto anterior e posterior à realização da Eco-92. Eles foram apresentados em conferências, seminários e cursos em diferentes lugares no Brasil e no exterior.

O primeiro texto, “Por uma filosofia da educação ambiental”, procura fundamentar um pensamento que possibilite a realização da educação ambiental, dentro dos paradigmas contemporâneos da ciência, da política, da psicologia e da educação, analisando a contribuição de diferentes áreas do conhecimento. O leitor estará em contato com as bases da educação ambiental no contexto da pós-modernidade relacionada, entre outras, com as teorias: das representações sociais, de S. Moscovici, da nova aliança, de I. Prigogine e I. Stengers, e da justiça social, de J. Rawls.

O segundo texto, “Educação ambiental na América Latina: entre a barbárie e a pós-modernidade”, é a síntese de seminários que dei no Centro de Estudos da América Latina, no Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Bruxelas, e no Instituto de Estudos do Desen-

volvimento da Universidade de Genebra. É também resultado de encontros com profissionais latino-americanos no continente e fora dele. O meu objetivo foi situar a América Latina dentro do contexto planetário em dois temas de fundamental importância nos períodos moderno (educação) e pós-moderno (meio ambiente).

O terceiro texto, “Meio ambiente: representação social e prática pedagógica”, é um estudo realizado com estudantes de pós-graduação em educação ambiental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, no Paraná.

As “representações sociais” estão no centro de muitas pesquisas sobre meio ambiente, além de fornecer o título ao livro, aprofunda os temas que permeiam os outros dois textos e enfatiza a prática pedagógica cotidiana de professores e professoras secundários. Eles e elas vivem e trabalham em pequenas cidades, porém, têm os seus problemas ambientais situados na complexidade planetária.

Para finalizar, espero que esse livro possa oferecer novos elementos de interesse, de análise, de debate, de atuação profissional e ação política a todos aqueles que pensam a sua época e estão envolvidos com mudanças locais e planetárias baseadas na equidade, na justiça social e na ecologia.

Marcos Reigota

Londres, novembro de 1994

I

Por uma filosofia da educação ambiental*

Introdução

Neste texto abordarei alguns aspectos que considero importantes para fundamentar uma filosofia da educação ambiental.

São argumentos para serem discutidos e aprofundados, cujo objetivo principal é introduzir na reflexão sobre educação ambiental alguns dos itens que têm permeado a recente produção teórica internacional sobre meio ambiente.

* Texto utilizado, entre outros de autores diferentes, na elaboração do tratado de Educação Ambiental no Fórum Global da Eco-92. A primeira versão foi apresentada no simpósio “Uma estratégia latino-americana para a Amazônia”, São Paulo, 1992. Foram acrescentadas à versão atual observações dos participantes de encontros e seminários em Buenos Aires e Florianópolis, setembro de 1992.

Após a reunião do Clube de Roma em 1968 e da Conferência de Estocolmo em 1972, a problemática ambiental passou a ser analisada na sua dimensão planetária. Uma das resoluções da Conferência de Estocolmo apontava para a necessidade de se realizar a educação ambiental tendo em vista a participação dos cidadãos na solução dos problemas ambientais.

Em 1975, a Unesco, organismo encarregado de divulgar e promover a educação ambiental, organizou em Belgrado a primeira reunião de especialistas em educação e áreas afins ligadas ao meio ambiente, para definir os seus objetivos, conteúdos e métodos. Nessa reunião foi elaborado o documento básico da Educação Ambiental, conhecido como *Carta de Belgrado*.

Nas duas últimas décadas, foram promovidos pela Unesco dois congressos mundiais sobre Educação Ambiental. O primeiro realizado em 1977, em Tibilissi, na Geórgia (ex-URSS), e o segundo realizado em 1987, em Moscou, no auge da “Perestroika”.

Esses encontros têm permitido amplo debate e troca de experiências entre os especialistas de todo o mundo. No entanto, pela própria característica da Unesco, os trabalhos aí apresentados são os realizados nas esferas oficiais com as propostas e perspectivas sobre educação ambiental dos governos dos respectivos países.

Os argumentos que desenvolvo se baseiam em recentes contribuições da filosofia da ciência, da filosofia política e da filosofia da educação, que, no meu ponto de vista, podem fundamentar uma educação ambiental no

contexto de enormes contradições, como é o caso do Brasil em particular e da América Latina em geral.

Parto do princípio de que a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (para ficar só nesse exemplo), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

Considero que a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.

1. Meio ambiente: conceito científico ou representação social?

A educação ambiental tem sido realizada a partir da concepção que se tem de meio ambiente. Mas o que significa meio ambiente? Trata-se de um conceito científico ou de uma representação social? O que é um conceito científico? O que é uma representação social?

Os conceitos científicos são termos, entendidos e utilizados universalmente como tais. Assim, são considerados conceitos científicos: nicho ecológico, *habitat*, fotossíntese, ecossistema etc., já que são definidos, compreendidos e ensinados da mesma forma pela comunidade científica internacional, caracterizando o consenso em relação a um determinado conhecimento.

As representações sociais estão basicamente relacionadas com as pessoas que atuam fora da comunidade científica, embora possam também aí estar presentes.

Nas representações sociais podemos encontrar os conceitos científicos da forma que foram aprendidos e internalizados pelas pessoas. Segundo Moscovici (1976), uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, em que se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas.

Para responder à pergunta inicial, vejamos como meio ambiente é definido por especialistas de diferentes ciências.

O ecólogo Ricklefs (1973, p. 785) o define como

o que circunda um organismo, incluindo as plantas e os animais, com os quais ele interage.

Para o ecólogo Duvigneaud (1984, p. 237)

é evidente que o meio ambiente se compõe de dois aspectos: a) meio ambiente abiótico físico e químico e b) o meio ambiente biótico.

No dicionário francês de ecologia (Touffet, 1982) encontramos a seguinte definição:

O conjunto de fatores bióticos (os seres vivos) ou abióticos (físico-químicos) do *habitat* suscetíveis de terem efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e, compreende-se, sobre o homem.

Nessas definições de meio ambiente dadas por ecólogos, observamos que só a última se refere explicitamente ao homem como componente do mesmo, o que nos permite fazer uma série de indagações a respeito da ecologia clássica.

Para o geógrafo Pierre George (in Giollito, 1982, p. 18),

o meio ambiente é ao mesmo tempo uma realidade científica, um tema de agitação, o objeto de um grande medo, uma diversão, uma especulação.

Silliamy (1980), no *Dicionário enciclopédico de psicologia*, o define como

o que circunda um indivíduo ou um grupo. A noção de meio ambiente engloba, ao mesmo tempo, o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social, com suas instituições, sua cultura, seus valores. Esse conjunto constitui um sistema de forças que exerce sobre o indivíduo e nas quais ele reage de forma particular, segundo os seus interesses e suas capacidades.

Para encerrar essa série de definições, que pode ser exaustiva, vejamos como o termo meio ambiente é defi-

nido no *Aurélio* — dicionário da língua portuguesa. Nele não encontramos a definição de meio ambiente, e o autor nos envia ao termo “ambiente”, onde se pode ler: “[do latim ambiente] *Adj.* 1. Que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas por todos os lados; envolvente: meio ambiente; *s.m.* 2. Aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas; meio ambiente; 3. Lugar, sítio, espaço, recinto; ambiente mal ventilado; 4. Meio. 5. *Arquit.* Ambiência”.¹

Essas definições indicam que não existe um consenso sobre meio ambiente na comunidade científica em geral. Supomos que o mesmo deve ocorrer fora dela. Por seu caráter difuso e variado considero então a noção de meio ambiente uma representação social.

Nesse sentido creio que o primeiro passo para a realização da educação ambiental deve ser a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo.

As definições de meio ambiente aqui explicitadas me parecem restritivas; por isso proponho uma outra que possa orientar (e essa é a sua única finalidade) os interessados na perspectiva de educação ambiental que apresento. Defino meio ambiente como

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e

1. Definição de meio ambiente nas edições mais recentes do dicionário *Aurélio* (N. do R.).

tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Procuro deixar implícito nessa definição que meio ambiente é um espaço *determinado* no tempo, no sentido de se procurar delimitar as fronteiras e os momentos específicos que permitem um conhecimento mais aprofundado.

Ele é também *percebido*, já que cada pessoa o delimita em função de suas representações, conhecimento específico e experiências cotidianas nesse mesmo tempo e espaço.

As *relações dinâmicas e interativas*, às quais me refiro, indicam a constante mutação, como resultado da dialética das relações entre os grupos sociais e o meio natural e construído, implicando um processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos.

Os seus sinais se manifestam na própria natureza, na arquitetura, nas artes plásticas, no cinema, no teatro, na música, na dança, na literatura, na tecnologia, na política, na ciência etc.

Em transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles. Assim o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações interna e externa caracterizam a história social e a história individual em que se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo.

Para a fundamentação da educação ambiental a partir dessa concepção de meio ambiente, busco em áreas da filosofia os argumentos que exponho a seguir.

2. Em busca de uma “nova aliança”: a contribuição da filosofia da ciência à educação ambiental

A nova aliança é o título do livro escrito por Ilya Prigogine e Isabelle Stengers (professores da Universidade Livre de Bruxelas) e representa um dos marcos da filosofia da ciência contemporânea.

A ideia básica que o permeia pode ser resumida na resposta dada por Prigogine ao jornal *Le Monde* (1984, p. 52):

A nova aliança é uma escuta poética da natureza, reintegrando o homem no universo que ele observa.

Os autores procuram romper com a ciência clássica, que se baseia nas pretensas objetividade e neutralidade, e que exige uma observação do mundo exterior ao homem e não a partir dele.

Prigogine e Stengers procuram no seu livro responder principalmente às ideias do prêmio Nobel de Medicina, Jacques Monod, que em *O acaso e a necessidade* descreve os avanços da biologia molecular, portanto, da ciência contemporânea de ponta, porém fundamentada em uma concepção clássica de ciência.

Segundo Monod, o conhecimento sobre a espécie humana, possibilitado pelos recentes avanços da ciência, só confirma a sua especificidade (ou a sua superioridade) em relação às outras espécies, confirmando também a sua solidão no universo.

No livro *A nova aliança* são descritos os avanços científicos contemporâneos, principalmente os ocorridos na Física e na Química, porém baseados em outra perspectiva filosófica, em que se busca estabelecer com a natureza um outro tipo de comunicação — que não seja o monólogo do cientista que decifra as suas leis do universo, mas o diálogo entre o cientista e a natureza —, considerando que ela não é passiva nem simples como as leis que os observadores procuram lhe determinar, mas, sim, complexa e múltipla.

Rompendo com o monólogo e propondo o diálogo, os autores consideram que a natureza “responde” às indagações feitas pelos cientistas e que estes precisam decifrar essas respostas, como alguém que faz uma leitura, entre outras possíveis, dessas respostas.

Nesse sentido, a ciência contemporânea relativiza o conhecimento e desestabiliza o poder das “verdades” científicas.

Conhecida como “ciência do complexo”, ela procura conhecer os momentos de estabilidade e de instabilidade, assim como os acontecimentos raros e aleatórios do universo, normalmente deixados de lado pelos cientistas clássicos.

No plano experimental em físico-química dessas questões, os trabalhos de Prigogine lhe valeram o prêmio Nobel em 1977.

Ele e sua equipe observaram que a irreversibilidade dos sistemas físicos em desequilíbrio tem um papel construtivo na natureza, pois lhe permite (e exige) a reorganização e a auto-organização. Portanto, a irreversibilidade e a instabilidade são fontes criadoras de novas formas de organização.

Essas pesquisas rompem com a herança da física clássica, que considerava que a ordem do universo só precisava ser decifrada.

A influência dos estudos experimentais baseados nas estruturas dissipativas e na auto-organização tem sido considerável, não só no seu campo específico, mas também na ecologia, na filosofia, na política, na psicologia, na educação, ou seja, nas ciências em geral.²

Como observa Prigogine, na entrevista já citada, “tivemos que abandonar a tranquila quietude de já ter decifrado o mundo”.

Traduzindo esses conceitos para as questões ambientais, o físico e educador argentino Roland Garcia (1991, p. 6), colaborador de Piaget durante muitos anos, observa que

a problemática ambiental traça questões derivadas do caráter complexo dos sistemas ambientais. Os sistemas complexos possuem uma dupla característica: estar integrados por elementos heterogêneos, em permanente interação, e abertos, isto é, submetidos como totalidade.

2. Sobre este tema ver principalmente Dumouchel e Dupuy (1983) e Brans e Stengers (1988).

Para a educação, a proposta da “nova aliança” considera que para a apropriação do conhecimento científico é necessário um aprendizado do corpo. (Stengers, 1990, p. 71)

Não se trata de transmitir conteúdos, conceitos e o método científico experimental, mas, sim, aprender a olhar, aprender a ler indícios e o aleatório, entender a ciência como criatividade e atividade que permite integrar a arte e os diferentes conhecimentos (científicos e tradicionais).

Quando estive no Brasil, Isabelle Stengers foi entrevistada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e, na ocasião, ela fez comentários sobre o ensino de ciências (tema não muito presente até então nos seus trabalhos individuais e nos escritos com Prigogine).

Para ela, a ciência ensinada é carregada de autoridade, de “validação” que traduz a velha forma de se fazer ciência. Ela considera que seria muito importante o público ter acesso às controvérsias científicas, pois a seu ver elas são sempre mais interessantes que os seus resultados.

Se o primeiro item (romper com o monólogo) da “nova aliança” foi, penso eu, aqui explicitado, resta fazer o mesmo com o que Prigogine chama de “escuta poética” da natureza. Ora, falar de poesia nos meios científicos pode parecer uma aberração, já que ela é considerada nos meios acadêmicos conservadores como produto da subjetividade e um passatempo, portanto, completamente oposto à atividade científica, racional, objetiva, neutra e séria.

Entre os inúmeros méritos de Prigogine e Stengers, um especial é o fato de estabelecerem com a literatura, a poesia e o teatro “diálogos” teóricos a respeito de seus argumentos científicos. A ideia de “escuta poética” pode ser facilmente banalizada, se entendida como uma relação idílica com a natureza.

Entendo que Prigogine procura chamar a atenção para a importância dos sentidos e da subjetividade nas atividades científicas e cotidianas como a natureza, abandonando o paradigma racionalista de ciência e de exploração dos recursos naturais.

A educação, baseada nessa concepção de ciência, procura, como observa Paula Carvalho (in Teixeira, 1990, p. 49), levantar as

pequenas histórias, as histórias individuais, dos homens entre si e com a natureza, que não fazem parte da história oficial, pois é nessa “outra” realidade que ocorrem os fatos aparentemente não significativos, banais, não lógicos, não racionais, em suma, tudo o que acontece fora dos limites dos regulamentos e normas,

onde as várias representações sociais possam ser conhecidas, modificadas, reelaboradas e atingir maior complexidade e clareza ao mesmo tempo.

A compreensão das diferentes representações deve ser a base da busca de negociação e solução dos problemas ambientais. Não se trata de saber quantitativamente mais, mas qualitativamente melhor sobre as questões que um determinado grupo pretende estudar e onde pretende atuar.

3. Utopia, autonomia, cidadania e justiça social: as contribuições da filosofia política à educação ambiental

Com a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo autoritário no Leste europeu, muito se tem falado sobre o “fim da utopia”. Os mais apressados apostam no fim da história e na vitória definitiva do sistema capitalista.

No entanto, ligar automaticamente o pensamento utópico ao regime socialista é um limite e um reducionismo que não só os meios de comunicação se apressam em divulgar, mas também teóricos e políticos de diferentes tendências.

Mannheim (1986) escreveu que as utopias sempre existiram na história, e considero atualmente o pensamento ambientalista uma das provas de sua continuidade. Evidentemente, utopia não é sinônimo de ingenuidade, de irrealizável ou de sonho, como também querem fazer crer. Mannheim explica que a utopia não é privilégio ou monopólio de um único grupo ou sistema de pensamento e que ela se apresenta sob diferentes formas, nos anabatistas, nos liberais, nos comunistas, nos socialistas e nos conservadores. As diferenças básicas entre as utopias desses distintos grupos estão na noção de tempo para a sua realização e na diversidade de expectativas.

Para os anabatistas, a utopia consiste em viver orgiasticamente, aqui e agora, ou seja, no presente cotidiano. Para os liberais, trata-se de viver no futuro os resultados do progresso econômico. Nesse ponto, a utopia dos liberais se encontra em dois princípios (no tempo e no

aspecto econômico) com a mesma dos socialistas e comunistas.

Contrária à utopia orgiástica do presente cotidiano e à utopia do progresso no futuro dos liberais, comunistas e socialistas, encontra-se a utopia dos conservadores que querem preservar os valores e a ordem do passado.

A essas interpretações da utopia, de Mannheim, podemos acrescentar as de Nozick (1991), que a classifica em três tipos: a utopia imperialista, a utopia missionária e a utopia existencial, e não as relaciona necessariamente com o tempo de sua realização, mas basicamente com as propostas de organização social e política. Para ele,

o utopismo *imperialista* [...] tolera o emprego da força para obrigar todos a se ajustarem a um único padrão de comunidade; o utopismo *missionário* [...] tem a esperança de persuadir ou convencer a todos a viver em um tipo particular de comunidade, mas [...] não os forçarão a assim agir; e o utopismo *existencial* [...] tem a esperança de que um modelo particular, de comunidade existirá (será viável), embora não abrangendo necessariamente todas as pessoas, de modo que os que queiram deixá-lo podem fazê-lo. (1991, p. 34)

Pensar em uma mudança radical da sociedade, tendo como base uma perspectiva ecológica, é uma utopia que não deve ser entendida como ingênua ou impossível, mas como um conjunto de ideias que tendem a gerar atividades visando a mudanças no sistema prevalecente.

A expansão do pensamento ambientalista nos últimos anos fez com que praticamente todas as correntes políticas tivessem algo a dizer sobre o assunto. Assim,

entre os diversos discursos ambientalistas atuais, creio ser de fundamental importância um posicionamento em relação às diversas correntes. A meu ver, as propostas ambientalistas que buscam a autonomia da sociedade civil frente ao Estado e à realização de uma sociedade mais justa (não só nos seus aspectos econômicos) são as que melhor podem contribuir para a realização da educação ambiental com as características assinaladas.

Mas o que significa autonomia da sociedade civil frente ao Estado e uma sociedade justa?

Os ambientalistas de tendência autonomista, ao longo das duas últimas décadas, têm procurado responder, principalmente, à primeira parte dessa questão.

Entre os principais teóricos e divulgadores dessa corrente, podemos citar: André Gorz, Cornelius Castoriadis, Cohn-Bendit, Paul Virillo, M. Bookchin, e Félix Guattari. Nessa lista podemos incluir, também, José Lutzenberg e Fernando Gabeira.

Embora cada um deles apresente uma reflexão original sobre a questão da autonomia, ligada diretamente ou não às questões ambientais, é de Castoriadis a observação:

falar de uma sociedade autônoma, ou de autonomia da sociedade [...] pressupõe ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos seres humanos de se autogovernarem, no sentido mais forte dessa palavra. (Castoriadis e Cohn-Bendit, 1981, p. 29)

A autogestão, como a divulgada pelos teóricos próximos do pensamento político libertário, deixa implícita

a total autonomia dos indivíduos e das comunidades em relação às imposições do Estado.

Dentro dessa lógica, os mais radicais propõem a extinção do mesmo e dos seus aparelhos. Nozick (1991) é um dos filósofos que pensa ser impossível a existência de uma sociedade sem Estado, porém também não considera benéfica a sua presença em todas as atividades cotidianas, sendo radicalmente contra o Estado paternalista e populista.

Contra a impossibilidade da extinção do Estado e a extensão do mesmo, Nozick (1991, p. 284) propõe o “estado mínimo” por considerá-lo o que

melhor reduz as possibilidades da tomada ou manipulação do estado por pessoas que desejam poder ou benefícios econômicos, especialmente se combinado com um corpo de cidadãos razoavelmente alerta.

A meu ver, a ideia de “estado mínimo” foi indevidamente apropriada pelos adeptos da corrente neoliberal. No entanto, a sua origem está ligada ao movimento libertariano, também conhecido como anarco-capitalista.

Para Nozick, qualquer Estado que ultrapasse os limites do mínimo não se justifica moralmente (p. 303). Esta não é a posição de Rawls, teórico com quem Nozick desenvolve um rico debate a partir do início dos anos 1970.

Rawls (1981) considera que um Estado mais amplo se justifica moralmente, principalmente se ele garante a distribuição de bens e da justiça, especialmente aos mais pobres. Para ele, a noção e a prática da justiça são os

elementos básicos das instituições e da sociedade, sendo um valor ético fundamental. Ele considera, também, que uma sociedade é justa quando os seus princípios de justiça não ferem os direitos fundamentais dos indivíduos.

A posição inicial de Rawls, baseada nos direitos individuais, tem sido apoiada, criticada e autocriticada nas duas últimas décadas, fazendo com que a sua *Teoria da justiça* seja uma das principais contribuições da filosofia política deste século.

Um dos críticos de sua posição inicial é o filósofo nigeriano P. Iroegbu (1988), que, se baseando na tradição comunitária africana (na qual a noção de indivíduo como a conhecemos praticamente não existe), afirma que, se os direitos individuais não devem ser negados, o mesmo deve ocorrer com os direitos comunitários. Ou seja, em determinadas situações, os direitos coletivos prevalecem aos direitos individuais.

As críticas ao excesso de individualismo na sua teoria foram acatadas e, na sua “segunda fase”, Rawls abandona a noção de indivíduo e adota a de cidadão.

Nessa mudança fica implícito que o cidadão atua, exige e constrói os seus direitos individuais e coletivos, a partir do exercício da cidadania, não privilegiando os seus interesses individuais.

A participação dos cidadãos, em nível individual ou em ONGs e movimentos, na construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável, tem sido crescente, e a sua importância é indiscutível.

Como observa Leis (1992), “cometeríamos um lamentável erro se confiássemos a gestão de políticas de meio ambiente e desenvolvimento apenas à consciência e vontade dos atores do Estado (o governo) e do mercado (as multinacionais)”.

Para a educação ambiental, entendida como educação política, os argumentos acima apresentados procuram fortalecer a ideia do seu papel de educação crítica aos sistemas autoritários, tecnocráticos e populistas. Por outro lado, a sua prática se justifica, se ela colabora na busca e construção de alternativas sociais, baseadas em princípios ecológicos, éticos e de justiça, para com as gerações atuais e futuras.

4. Diálogo entre diferentes: a contribuição da filosofia da educação à educação ambiental

No início deste capítulo explicitarei que a prática da educação ambiental depende da concepção de meio ambiente que se tenha. Considero também necessário, como ponto de partida de toda prática, conhecer as representações de meio ambiente das pessoas envolvidas no processo pedagógico.

Para esse fim é necessário que a prática pedagógica seja criativa e democrática, fundamentada no diálogo entre professor e alunos.

A Pedagogia Dialógica tem a sua origem nos trabalhos pioneiros de Paulo Freire, tendo sido enriquecida nas

últimas décadas com contribuições baseadas nas teorias de Habermas, Moscovici, Piaget, Rawls e Vigotsky.

O atual período da Pedagogia Dialógica considera fundamentais as interações comunicativas, nas quais as pessoas são ouvidas em busca de estabelecer um objetivo comum e se põem de acordo, para estabelecer os seus planos de estudo e de ação.

Como na Filosofia da Ciência e na Filosofia Política, também na Filosofia da Educação se busca romper com o monólogo (do professor ou do aluno).

A participação do cidadão na elaboração de alternativas ambientalistas, tanto na micropolítica das ações cotidianas como na macropolítica da nova (des)ordem mundial, exige dele a prática e o aprendizado do diálogo entre gerações, culturas e hábitos diferentes.

Os últimos acontecimentos nacionais e internacionais têm nos mostrado, no entanto, que há pouco interesse pelo diálogo nos inúmeros grupos que surgiram recentemente, os quais preferem resolver os seus conflitos através das armas e de atos de covardia.

O contexto mundial só faz aumentar a necessidade do exercício do diálogo entre culturas diferentes, conhecimento científico e tradicional e entre as diferentes representações sobre o mesmo tema.

Estamos também longe da autogestão como a explicitada por Castoriadis e, em muitos países, observamos o surgimento de líderes neofascistas e autoritários como os analisados por Horkheimer (1974) e por Moscovici (1988 e 1991), eles hipnotizam as consciências com os seus

discursos redentores, nacionalistas e étnicos acrescidos de acrobacias esportivas, propostas moralistas retrógradas, escândalos financeiros e comportamentais e exaustiva presença nos meios de comunicação de massa.

Esse quadro pessimista seria ainda maior se não houvesse a presença dos “cidadãos alertas” (Nozick), ou das “minorias ativas” (Moscovici, 1979).

Com os grupos sociais acima é que a Pedagogia Dialógica tem a possibilidade de desenvolver o seu papel político, tendo em vista o exercício necessário para enfrentar o conflito com a maioria e com o *status quo*. Ela não tem como objetivo a formação de uma casta de iluminados, nem alimenta a ilusão de que os problemas ambientais serão resolvidos através dela.

Não se trata, também, de fazer uma educação elitista, mesmo porque isso iria contra todos os argumentos defendidos até o momento, nem a educação “da massa”, mas, sim, conhecer e definir os seus próprios limites.

A educação ambiental, assim pensada, questiona as tendências mais gerais da educação contemporânea, que se baseiam: na *transmissão* de conteúdos científicos (originados na ciência clássica e no positivismo); nos *métodos* ditos modernos e sem reflexão crítica, nos *meios tecnológicos* (do computador ao vídeo); no *populismo* cultural que considera sempre válido todo conhecimento originado nas camadas sociais mais pobres.

No meu ponto de vista, é por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas

com o meio natural e construído; características de vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas ideias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativas de vida; níveis de consumo e de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução dos problemas ambientais que preocupam a todos.

O desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais.

Conclusão

Procurei abordar alguns elementos de reflexão para a prática da educação ambiental dentro de um contexto ecológico, político e social. A educação ambiental tem contribuído para uma profunda discussão sobre a educação contemporânea em geral, já que as concepções vigentes não dão conta da complexidade do cotidiano em que vivemos nesse final de século.

Este texto tenta colaborar com aqueles que procuram alternativas para as práticas cotidianas de educação em geral e da educação ambiental em particular, e também com os que procuram romper com os quadros teóricos que garantem e conservam pequenos e grandes privilégios.

Para isso foram necessárias muitas citações e argumentos, percurso que pode ser mais simples, poético e

direto, se entendermos, como o anônimo menino que participou do projeto A Voz das Crianças sobre o Futuro do Planeta, que: “Sempre resta a esperança do homem descobrir o velho segredo: que o mundo é ele e ele é o mundo”.